



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1365/XIII/3.^a

RECOMENDA A AÇÃO DO GOVERNO PARA GARANTIR A CONTINUAÇÃO DA LABORAÇÃO NA ANTIGA TRIUMPH E NO GRUPO RICON

Janeiro de 2018 ficará marcado como um mês de grandes despedimentos no setor do têxtil e vestuário. Numa altura de reconstrução da economia - em 2017 o crescimento económico regista valores dos mais elevados dos últimos 20 anos - de recuperação de emprego e de visível crescimento das exportações neste setor, a insolvência da TGI Gramax (antiga Triumph), em Loures, e da Ricon (que produzia maioritariamente para a Gant), em Vila Nova de Famalicão, foram um balde de água fria.

É certo que Portugal tem perdido capacidade produtiva no setor industrial. Nos últimos dez anos, em média, 10% das empresas fechavam a cada ano, o que resultou, em termos acumulados, na perda de 4 em cada 10 empregos. Com isto, aumentou também a dependência das importações - o que agravou a balança de pagamentos do país - e condenam-se operárias e operários especializados ao desemprego de longa duração e à pobreza.

No setor do têxtil e vestuário, as quebras mais abruptas no investimento começaram no início dos anos 2000 e intensificaram-se com as políticas de austeridade. Contudo tem-se verificado alguma recuperação nos últimos anos. A Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (APT) assinala que o setor teve uma evolução recente muito positiva, e está em franca recuperação da forte crise com o afetou. Desde 2013 que todos os anos crescem, ainda que modestamente, o volume de produção, as exportações e o próprio emprego no

setor têxtil. Hoje as exportações do setor representam cerca de 10% do total de todas as exportações da indústria.

Foi precisamente em vésperas do setor revelar recordes nas exportações que se deu a queda da antiga Triumph e do grupo Ricon, o que revela que muito está por explicar nesta história de inevitabilidades.

A 5 de janeiro inicia-se o processo de insolvência da antiga Triumph. A conhecida marca alemã tinha decidido deslocalizar a sua produção e encerrar a fábrica que tinha em Portugal há mais de 50 anos. Com os benefícios fiscais e outros apoios públicos que a empresa recebera, a deslocalização levantaria problemas de incumprimento de legislação europeia e tinha custos de imagem, além dos custos com as indemnizações decorrentes de despedimentos. Para evitar tudo isto, a empresa antecipou a deslocalização um ano e em 2016 passou a fábrica de Sacavém a um fundo de capital de risco com histórico de insolvências chamado Gramax Capital. A operação incluiu um número com presença do Ministro da Economia que celebrava o novo investimento e a suposta conquista; mas passado pouco tempo, a Triumph, que tinha garantido por alguns meses encomendas à fábrica, agora TGI - Gramax, deslocaliza a produção e cessa as encomendas. Sem clientes, e como seria de esperar, a empresa desencadeia um processo de insolvência.

Depois da heroica vigília das trabalhadoras que, durante mais de vinte dias e vinte noites resistiram ao frio mês de janeiro e garantiram a não saída das máquinas e dos stocks da fábrica, a unidade industrial está hoje fechada e as trabalhadoras, quase 500, condenadas ao desemprego.

No fim de janeiro, o grupo Têxtil Ricon, com fábricas em Ribeirão e em Fradelos, no município de Vila Nova de Famalicão, foi colocado em processo de insolvência. Trata-se de um dos maiores grupos têxteis portugueses, com cerca de 800 trabalhadores, proprietário das lojas Gant em Portugal e de várias fábricas e empresas como a Nevag, a Fielcon, a Delos, a Delcon, a Ricon e a Ricon Serviços, que trabalham em regime de subcontratação para marcas internacionais. De acordo com a Administração, teria havido uma quebra de encomendas e a exigência de pagamento da totalidade da dívida vencida proveniente dos fornecimentos ao setor do retalho, situação que terá conduzido ao estrangulamento da tesouraria e à consequente incapacidade para cumprir as

obrigações com os credores, nomeadamente com o setor financeiro. Vale a pena sublinhar que nunca houve, em qualquer momento, problemas ao nível das encomendas, o que aliás foi corroborado pelas trabalhadoras, e que este processo é o culminar de uma série de investimentos de risco mal sucedidos (numa rede de lojas Porsche ou no negócio da aviação), através dos quais o proprietário, Pedro Silva, foi descapitalizando o grupo, em favor de negócios que indiciam uma gestão danosa.

Sendo certo que cada uma destas histórias de insolvência tem o seu enredo próprio, ambas se somam ao já vasto conjunto de insolvências mal explicadas que continuam a repetir-se e têm como protagonistas empresários gananciosos e governos negligentes.

Não podemos aceitar passivamente esta “infeliz coincidência”, condenando ao desemprego mais de mil trabalhadoras e desperdiçando o seu conhecimento e especialização, bem como a tecnologia e a capacidade instalada de fábricas em plenas condições para continuar a laborar.

Se por um lado cabe à justiça avançar já com a investigação sobre as razões destas insolvências e, afigurando-se o caso, condenar os responsáveis por gestões danosas, por outro, cabe ao Governo atuar para garantir os direitos de quem ali trabalha e para impedir a perda de capacidade produtiva do país.

Para tal, poderá o Estado, através de decisão governamental, por exemplo, tornar-se acionista das empresas, ainda que temporariamente, tal como já aconteceu no caso da insolvência da Quimonda em 2009, quando aquele passou de credor a acionista e conseguiu garantir a manutenção da produção na fábrica de semicondutores de Vila do Conde. Com este processo, a fábrica passou a ser detida pela AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), em representação do Estado português, em 17,88%, e pelos bancos BCP (41,06%) e BES (41,06%) até 2017, altura em que a empresa foi vendida e o Estado recuperou créditos de 8,9 milhões de euros.

Nos casos em análise, está por demonstrar que uma solução do mesmo género não possa vir a ser possível, tanto mais que são as próprias trabalhadoras que confirmam a existência de muitas encomendas em carteira e que as empresas utilizam no processo de fabricação a mais moderna tecnologia de produção.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Instrua a AICEP Portugal Global, E.P.E. (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) no sentido de garantir os postos de trabalho das mais de 1 000 trabalhadoras e trabalhadores, avaliando, com urgência, todos os procedimentos indispensáveis para a reposição em funcionamento destas unidades industriais: a TGI-Gramax e as fábricas do grupo Ricon.

Assembleia da República, 28 de fevereiro de 2018

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,